



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

223

270

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0189503-8

APELANTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A

APELADA: ALBERONE FRAGA DOMINGUES DE OLIVEIRA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

R
54/5

EMENTA: CADERNETA DE POUPANÇA – CORREÇÃO MONETÁRIA – PLANO ECONÔMICO – REJEIÇÃO DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA – JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA – DIREITO ADQUIRIDO - APLICAÇÃO CORRETA DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA INTRODUZIDOS PELOS PLANOS ECONÔMICOS – CONDENAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AO PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA APURADAS NO PERÍODO, PARA AS CONTAS COM DATA BASE NA PRIMEIRA QUINZENA DE CADA MÊS (PLANO BRESSER, VERÃO E COLLOR I) – VALOR DA CONDENAÇÃO A SER APURADO POR CÁLCULOS, NA FASE SEGUINTE - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0189503-8, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, unanimemente, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva 'ad causam'; no mérito sem discrepância de votos, negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste julgado. Sessão realizada em

18 de Maio de 2010.

Recife, 18 de Maio 2010.

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator/Presidente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

224

26
J

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº0189503-8

APELANTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A

APELADA: ALBERONE FRAGA DOMINGUES DE OLIVEIRA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo BANCO ABN AMRO REAL S/A, junto aos autos da ação de cobrança que lhe move ALBERONE FRAGA DOMINGUES DE OLIVEIRA, e julgado parcialmente procedente o pedido, consoante a r. sentença de fls. 95/99, cujo relatório adoto.

Apela a instituição financeira, discorrendo, preliminarmente, sobre sua ilegitimidade passiva para responder pelas diferenças relativas aos planos econômicos. No mérito, argumenta que as normas de direito econômico devem ser imediatamente aplicadas às relações jurídicas em curso, inexistindo violação ao ato jurídico perfeito ou ao direito adquirido com relação a quaisquer dos planos econômicos editados pelo Governo. Nestes termos, requer a total improcedência da ação.

Devidamente intimada, a parte recorrida apresentou contra-razões, fls. 232/245.

É O RELATÓRIO.

Ao revisor.

Recife, 23 de Abril de 2010.

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



271/

225

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0189503-8

APELANTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A

APELADA: ALBERONE FRAGA DOMINGUES DE OLIVEIRA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Senhores (as) Desembargadores (as),
Senhor (a) Procurador (a)

Conforme já relatado, cuida-se de apelação cível interposta pelo BANCO ABN AMRO REAL S/A da sentença que julgou parcialmente procedente a ação de cobrança proposta por ALBERONE FRAGA DOMINGUES DE OLIVEIRA, contra o ora apelante.

Antes de analisar o mérito do recurso em foco, faz-se necessário apreciar as preliminares suscitadas pelo apelante.

I – PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR ILEGITIMIDADE PASSIVA
“AD CAUSAM”

A preliminar não merece ser acolhida

Com efeito, é pacífica a jurisprudência do C. STJ no sentido que o banco com quem o titular da caderneta de poupança firma o contrato de depósito é que responde pelas questões atinentes à atualização do saldo de referida conta, inclusive no que diz respeito à remuneração do capital poupado.

Nesse sentido:

222 226

ECONÔMICO. PROCESSUAL CIVIL. CADERNETA DE
POUPANÇA. BANCO DEPOSITÁRIO. LEGITIMIDADE.
CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA.
CRITÉRIO. IPC DE JANEIRO DE 1989 (42,72%).

I - Pertence ao banco depositário, exclusivamente, a legitimidade passiva ad causam para as ações que objetivam a atualização das cadernetas de poupança pelo índice inflacionário expurgado pelo Plano Verão (MP n. 32 e Lei n. 7.730/89).

(...)


(REsp 241694/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 15.08.2000, DJ 25.09.2000 p. 107).

Diante disso, não há que se falar em responsabilidade da União Federal e do Banco Central do Brasil, mas sim do próprio banco depositário, que é a parte legítima para integrar a presente demanda.

Com tais considerações, meu voto é no sentido de rejeitar a preliminar ora argüida.

É como voto.

Recife, 18 de Maio de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator

II – VOTO-MÉRITO

223
1/ 227

Pelos extratos acostados aos autos, fls. 84/89, restou demonstrado que o autor mantinha conta poupança junto à instituição financeira recorrente.

No que diz respeito ao direito dos poupadores à remuneração correspondente à inflação real verificada nos períodos respectivos, e que acabou por ser sonegada em decorrência da substituição de índices determinado pelos chamados planos econômicos, a jurisprudência dos tribunais já consolidou o entendimento no sentido de reconhecer o direitos dos poupadores à aplicação dos índices de correção monetária vigentes previamente às normas que trataram dos planos governamentais. Tal reconhecimento refere-se às cadernetas de poupança com data base na primeira quinzena de cada mês.

Vejamos:

"CIVIL. CONTRATO. POUPANÇA. PLANO BRESSER (JUNHO DE 1987) E PLANO VERÃO (JANEIRO DE 1989). BANCO DEPOSITANTE. LEGITIMIDADE PASSIVA. PRESCRIÇÃO. VINTENÁRIA. CORREÇÃO. DEFERIMENTO. 1 - Quem deve figurar no pólo passivo de demanda onde se pede diferenças de correção monetária, em caderneta de poupança, nos meses de junho de 1987 e janeiro de 1989, é a instituição bancária onde depositado o montante objeto da demanda. 2 - Os juros remuneratórios de conta de poupança, incidentes mensalmente e capitalizados, agregam-se ao capital, assim como a correção monetária, perdendo, pois, a natureza de acessórios, fazendo concluir, em consequência, que a prescrição não é a de cinco anos, prevista no art. 178, §10, III, do Código Civil de 1916 (cinco anos), mas a vintenária. Precedentes da Terceira e da Quarta Turma. 3 - Nos termos do entendimento dominante nesta Corte são devidos, na correção de caderneta de poupança, o IPC de junho de 1987 (26,06%) e o IPC de janeiro de 1989 (42,72%). 4 - Recurso especial não conhecido". (STJ – 4ª Turma – REsp 707151/SP, DJ 17.05.2005)

"ADMINISTRATIVO. AÇÃO RESCISÓRIA. CADERNETA DE POUPANÇA. CRUZADOS BLOQUEADOS. LEI Nº 8.024/90. MARÇO DE 1990. LEGITIMIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. BANCOS DEPOSITÁRIOS. ARTIGOS 491 E 493 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. NÃO CONHECIMENTO. DISSÍDIO. FALTA DA DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA. 1. No que tange aos artigos 5º, LIV, e LV, e 93, IX, da Constituição, registro a inviabilidade de

274
228

sua análise na via eleita, pois estar-se-ia desrespeitando a competência estabelecida no artigo 102, III, da Carta Magna. 2. Os temas insertos nos artigos 491 e 493 do CPC não foram debatidos no Tribunal de origem, deixando a recorrente de manejar embargos de declaração na origem para suprimir eventual omissão, o que atrai o impedimento das Súmulas nos 282 e 356 do STF. 3. Ausência da demonstração analítica do dissídio. 4. Os bancos depositários dos cruzados bloqueados respondem pela atualização monetária no mês de março de 1990. 5. O ação para o recebimento da correção monetária no mês de março de 1990 foi corretamente distribuída para a Justiça estadual, pois fora proposta contra uma empresa que não tinha foro na Justiça Federal. 6. Recurso especial improvido." (STJ - 2ª Turma - REsp 821507. DJ 25.04.2006)

Da mesma forma já se pronunciou o Supremo Tribunal Federal:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - CADERNETA DE POUPANÇA - CONTRATO DE DEPÓSITO VALIDAMENTE CELEBRADO - ATO JURÍDICO PERFEITO - INTANGIBILIDADE CONSTITUCIONAL - CF/88, ART 50, XXXVI - INAPLICABILIDADE DE LEI SUPERVENIENTE À DATA DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE DEPÓSITO, MESMO QUANTO AOS EFEITOS FUTUROS DECORRENTES DO AJUSTE NEGOCIAL - RECURSO IMPROVIDO. - Os contratos submetem-se, quanto ao seu estatuto de regência, ao ordenamento normativo vigente à época de sua celebração. Mesmo os efeitos futuros oriundos de contratos anteriormente celebrados não se expõem ao domínio normativo de leis supervenientes. As consequências jurídicas que emergem de um ajuste negociai válido são regidas pela legislação em vigor no momento de sua pactuação. Os contratos - que se qualificam como atos jurídicos perfeitos (RT 547/215) - acham-se protegidos, em sua integra/idade, inclusive quanto aos efeitos futuros, pela norma de salvaguarda constante do art. 50, XXXVI, da Constituição da República. Doutrina e precedentes. - A incidência imediata da lei nova sobre os efeitos futuros de um contrato preexistente, precisamente por afetar a própria causa geradora do ajuste negociai, reveste-se de caráter retroativo (retroatividade injusta de grau mínimo), achando-se desautorizada pela cláusula constitucional que tutela a intangibilidade das situações jurídicas definitivamente consolidadas. Precedentes"(STF - AI AgR 363158/SP - 2ª Turma, DJ. 03.02.2006. PP00035)

No mais, a diferença devida deve ser atualizada pela correção monetária e juros remuneratórios a partir da data do vencimento da obrigação. Devendo observar as regras contratuais, aquela (pelos índices da poupança) até a data da propositura da ação, estes (pactuados em 0,5% ao mês) até a data do efetivo pagamento e os juros moratórios de 1% ao mês até o implemento do ato citatório.

228
À vista do exposto, meu voto é no sentido de negar provimento ao
recurso banco réu, mantendo-se a r. sentença por seus próprios fundamentos. 229

É como voto.

Recife, 18 de maio de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator 



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

276
8
230

APELAÇÃO CÍVEL N 0189503-8

APELANTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A

APELADA: ALBERONE FRAGA DOMINGUES DE OLIVEIRA

REVISOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

VOTO - REVISÃO

Voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso de apelação interposto, nos termos do voto do Relator Des. Eduardo Augusto Paurá Peres, mantendo a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, ⁴⁸27 de ⁰⁶abril de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS

Revisor